

RESENHA

Mauro Meister

Evangelical Manifesto (Manifesto Evangélico).¹ Publicado em formato eletrônico em: <http://www.evangelicalmanifesto.com> (Estados Unidos, 07/05/2008).

No dia 7 de maio de 2008, uma comissão de proeminentes representantes do cenário evangélico norte-americano² publicou um documento no qual manifesta sua preocupação com o conceito do termo “evangélicos”, reafirmando quem são e quais são os seus valores. A necessidade do mesmo, explicam os redatores, se dá diante da “confusão interna e da consternação externa” relacionadas com o movimento. Como manifesto público, o documento pretende chamar a atenção de todas as comunidades de fé, assim como daqueles que proclamam não ter qualquer fé, e, especificamente, conchamar os que se chamam evangélicos ao desafio urgente de reafirmar sua identidade evangélica, reformar seu comportamento, reposicionar-se na vida pública e se rededicar ao grande chamado de serem seguidores de Jesus Cristo. Os signatários do manifesto não reivindicam representar todos os evangélicos, mas uma parte significativa do movimento nos Estados Unidos, e, assim, convidam outros que concordarem em tornar-se signatários do documento.

¹ O *Evangelical Manifesto* encontra-se publicado em http://www.evangelicalmanifesto.com/docs/Evangelical_Manifesto.pdf. O site <http://www.evangelicalmanifesto.com/index.php> apresenta vários outros links para documentos como um *Study Guide* e oportunidades de adesão à declaração.

² O Comitê Geral que redigiu e publicou o Manifesto é composto por Timothy George (deão, Beeson Divinity School, Samford University), Os Guinness (autor e crítico social), John Huffman (pastor, St. Andrew’s Presbyterian Church, Newport Beach, CA, presidente de Christianity Today International), Rich Mouw (presidente, Fuller Theological Seminary), Jesse Miranda (fundador e diretor, Miranda Center for Hispanic Leadership, Vanguard University), David Neff (vice-presidente and editor-chefe, Christianity Today Media Group), Richard Ohman (empresário), Larry Ross (presidente, A. Larry Ross Communications), Dallas Willard (professor de filosofia, University of Southern California). Setenta e cinco outros signatários são escritores e representantes de associações de evangélicos, denominações e escolas de teologia.

Os proponentes do manifesto afirmam que sua preocupação não é com a busca de aprovação do público em geral, mas com a perturbação causada por diversas confusões e corrupções em torno do nome *evangélico*. Afirmam que as diversas situações chegaram ao ponto de levar muitos de fora do movimento a duvidar de que o termo possa ser usado de maneira positiva e muitos, dentro do movimento, a não acreditar que ele ainda possa ser usado.

A proposta do manifesto, entretanto, é que, se o termo for bem definido, os evangélicos não deverão sentir-se envergonhados de usá-lo. O desejo expresso dos manifestantes é definir o que se quer dizer por “evangélico” e o que ser evangélico significa para o convívio com outros cidadãos (americanos) na vida pública e com os demais seres humanos em todo o mundo. Para tanto, os proponentes apontam três grandes mandatos para os evangélicos: 1) Reafirmar sua identidade; 2) Reformar o próprio comportamento; 3) Restabelecer seu papel na vida pública.

Quanto à *reafirmação da identidade*, vários pontos são colocados para esclarecer quem são os evangélicos: “Cristãos que definem sua fé e sua vida de acordo com as Boas Novas de Jesus de Nazaré” (p. 4). Esta autodefinição teológica implica que a definição do movimento evangélico não deve ser feita em bases políticas, sociais ou culturais, por quem quer que seja. Os autores afirmam que o direito à autodefinição é o que garante a liberdade e insistem que nem a imprensa nem a opinião pública têm o direito de dizer quem são os evangélicos. Desta forma, os evangélicos são parte da grande tradição da igreja cristã ao longo dos séculos, mantendo pontos de contato tanto com esta tradição como com os ensinamentos bíblicos recuperados pela Reforma Protestante e sustentados por vários movimentos subseqüentes, os quais procuram seguir.

O documento reafirma pontos doutrinários essenciais da fé evangélica que caracterizam o movimento ao longo do tempo. A afirmação destes pontos é categórica, mostrando que, como seguidores de Jesus Cristo, ao longo dos séculos os evangélicos têm valorizado alguns pontos principais da fé que correspondem ao ensino de Jesus Cristo e que fazem com que os evangélicos sejam evangélicos, a saber: 1) Jesus, totalmente divino e totalmente humano, como a completa revelação de Deus e, conseqüentemente, o único Salvador; 2) A morte de Jesus Cristo na cruz, na qual ele carregou a culpa pelos nossos pecados e nos reconciliou com Deus; 3) A salvação como um dom de Deus, para a qual o homem nada contribui; 4) A nova vida no Espírito Santo, que nos traz renascimento espiritual e poder para viver como Jesus, buscando o pobre, o doente e o oprimido; 5) A Bíblia como a Palavra escrita de Deus, completamente confiável como nosso guia final para a fé e a prática; 6) A volta pessoal de Jesus Cristo para estabelecer o reino de Deus; 7) A importância de compartilhar estas crenças de forma que outros possam experimentar a salvação de Deus e andar no caminho de Jesus.

Todos estes pontos têm uma série de implicações práticas quanto a ações e atitudes evangélicas, como a devoção genuína, expressa na adoração e também em atos, o reconhecimento da amplitude alcançada pelo movimento em igrejas históricas e não históricas, a definição teológica e confessional e não política ou cultural, a proclamação de uma mensagem positiva e não negativa, o afastamento do revisionismo liberal da teologia, assim como do fundamentalismo como movimento social e reação ao mundo moderno, a ponto de apresentar características de um subcristianismo. Em suma, o documento propõe que ser evangélico é uma busca constante de ser bíblico.

Quanto à *reforma do comportamento*, o documento chama os que se reconhecem como evangélicos a se reformarem, como parte da herança da Reforma Protestante. Este segundo ponto do documento é uma confissão de que os evangélicos do nosso tempo traíram suas crenças pelo seu comportamento.

O documento reconhece que a proclamação do Evangelho só “de boca” deixou-se trair pela substituição das verdades bíblicas por técnicas terapêuticas; do culto pelo entretenimento; do discipulado pelo crescimento dos potenciais humanos; do crescimento da igreja pelo empreendedorismo de negócios; da preocupação com a igreja local e com o povo por expressões de fé que não são eclesiais e não passam de espiritualidade insossa; da troca das necessidades reais por necessidades criadas e dos princípios missionários por regras de marketing. Esta longa seção retrata com maiores detalhes vários pontos considerados como aqueles em que os evangélicos, por conta de seus próprios pecados, sucumbiram às forças do mundo em suas diversas formas, tais como modernismo, moda, conveniência, métodos, falta de amor, materialismo, consumismo, falta de mordomia, individualismo, cientificismo, interesses políticos, pós-modernismo, falta de discernimento e de espírito de reconciliação. A seção termina com o chamado a um discipulado de integridade em todas as esferas da vida, secular e espiritual, física e religiosa, expandindo a colaboração do evangélico para além do âmbito político, contribuindo para as artes, as ciências, a mídia e para a criação de uma cultura em toda a sua variedade.

Quanto ao *restabelecimento do papel do evangélico na vida pública*, o documento declara, de maneira ampla, que o desejo daqueles que carregam esse nome é buscar a fidelidade à liberdade, à justiça, à paz e ao bem-estar e trazer estes dons do reino de Deus para a vida pública, como um serviço a todos, visando o bem-comum. Tendo sido chamados por Jesus para estar “no mundo”, mas não ser “do mundo”, os evangélicos devem estar engajados na vida pública, porém, nunca completamente identificados com qualquer partido, ideologia partidária, sistema econômico, classe, tribo ou identidade nacional. O documento reconhece que grandes reformas sociais e políticas foram feitas por homens e mulheres evangélicos em diferentes situações e locais do mundo.

Um dos pontos principais do documento é o desejo de esclarecer que “nós, evangélicos, queremos nos manter afastados de certas posições na arena

pública que são amplamente confundidas com o evangelicalismo” (p. 15). O documento passa a relatar uma série de fatos que fazem com que os evangélicos norte-americanos contribuam para a confusão de sua própria identidade. Dois erros muito comuns são apontados: a privatização da fé, fazendo com que a mesma seja irrelevante para a vida pública, e a politização da fé, usando-a para expressar essencialmente questões políticas que perderam o contato com a verdade bíblica. Em termos gerais, este segundo ponto significa que a fé perde a sua independência e se torna uma ideologia sob a qual os evangélicos vêm a ser uma massa de manobra, seja para a direita ou para a esquerda política.

Ainda são levantadas as questões da liberdade religiosa e da arena pública secularizada. Em um país plural e multi-religioso como os Estados Unidos da América, a tentativa de impor uma preferência religiosa na vida pública leva à “guerra santa” e à incubação de conflitos, ódios e questões legais. Logo, a proposta do documento é que o movimento evangélico se posicione para manter a liberdade religiosa para todo tipo de fé, incluindo o direito à conversão da e para a fé cristã. O manifesto coloca-se contra o conceito de imposição de uma teocracia em uma sociedade pluralista.

Por outro lado, o documento também se opõe aos partidários de um estado secular, onde a participação na arena pública acaba exigindo que toda expressão religiosa seja suprimida. Afirmam os proponentes do manifesto que “nada é mais antiliberal do que convidar pessoas ao debate público e insistir em que elas se dispam da fé que faz com que elas sejam quem são e que molda a forma como vêem o mundo” (p.17). O compromisso declarado é o de “uma visão de vida pública na qual os cidadãos de todos os tipos de crença são livres para entrar e participar da arena na base de sua fé, porém dentro de uma estrutura do que se concorda ser justo e livre para as outras fés também”, sejam quais forem (p.17).

Dois outros pontos importantes levantados são o *secularismo coercitivo* e o *extremismo religioso*, ambos como partes integrantes da arena pública global. Ambas as posições são rejeitadas. As duas são coercitivas e levam à opressão patrocinada pelo Estado, como nos tempos de Constantino. A aliança entre Igreja e Estado, com seus frutos, é deplorada. A posição tomada é a de que as Boas Novas de justiça para todo o mundo foram promovidas não pelo poder e espada de um conquistador, mas por um servo sofredor esvaziado de poder e pronto a morrer para alcançar os fins a que veio.

O documento é encerrado com uma série de convites a diferentes grupos. Aos evangélicos, para se unirem e esclarecerem a grande confusão em torno do movimento, sendo mais fiéis ao Senhor e aos elementos que distinguem esta forma de vida. Aos cidadãos, que avaliem as conseqüências da presente guerra cultural e trabalhem na restauração da liberdade e civilidade da vida pública. Aos adeptos de outras religiões o convite é ao respeito à liberdade religiosa, tornando-a prática. Os formadores de opinião são chamados a abandonar os

estereótipos e a adotar definições e categorias que descrevam os evangélicos e outros religiosos em termos corretos e justos. Os que estão em posição de autoridade e poder são convidados a entender que os evangélicos buscam o bem-estar das comunidades, cidades e países em que vivem. Aos que trabalham em causas sociais pelos pobres e sofredores, que se unam para trazer cuidado, paz, justiça e liberdade aos milhões que vivem em condições sub-humanas. Os que estão em busca de significado em meio ao caos das filosofias contemporâneas são convidados a considerar o evangelho, que é a Boa Nova.

Este documento vem a público depois de três anos de trabalho do comitê e expressa uma preocupação real com a visão interna e externa a respeito dos evangélicos nos Estados Unidos, nos pontos já demonstrados acima. É bem verdade que o manifesto, tendo sido escrito no contexto norte-americano, tem preocupações específicas com as realidades daquele país. Entretanto, esta crise da identidade evangélica americana se faz refletir em muitos outros lugares e, em certa medida, aplica-se ao contexto brasileiro, ainda que com nuances bem particulares.

Em primeiro lugar, podemos apontar os problemas internos, tanto de ordem confessional quanto comportamental. Já há no meio evangélico do Brasil quem se sinta extremamente constrangido de se apresentar como tal, principalmente entre as igrejas chamadas históricas e particularmente entre as igrejas de tradição reformada. É interessante notar que o livro de Paulo Romeiro, *Evangélicos em Crise*, de 1995, já denunciava os problemas internos do movimento evangélico nas questões doutrinárias, especificamente quanto ao neopentecostalismo, com sua ênfase no “evangelho da prosperidade”.³

O crescimento impressionante dos movimentos pentecostais e neopentecostais no Brasil, hoje estimados em trinta milhões e presentes nas diversas denominações consideradas tradicionais, leva-nos a concordar que existe um claro afastamento da confissão proposta no manifesto. É bem verdade que a definição inicial do manifesto, bastante genérica, “cristãos que definem sua fé e vida de acordo com as Boas Novas de Jesus de Nazaré”, pode aplicar-se a grupos que são bem diferentes daqueles que se identificam como evangélicos e, até mesmo, a grupos de católicos romanos praticantes, por exemplo. Entretanto, o estreitamento da definição nos sete pontos seguintes do manifesto, quanto à reafirmação de identidade, afunilam o conceito inicial e colocam diversas igrejas consideradas evangélicas fora deste espectro. Há que se notar que a reafirmação de identidade proposta no documento não se limita apenas a uma reafirmação teológica, mas expõe, também, as conseqüências experimentais e vivenciais desta confissão, o que, a meu ver, torna o valor do documento ainda mais contundente no seu chamado à reforma.

³ ROMEIRO, Paulo. *Evangélicos em crise*. São Paulo: Mundo Cristão, 1995.

Em segundo lugar, podemos reconhecer claramente a necessidade de um chamado à reforma das práticas que foram copiadas do exterior ou desenvolvidas pelos que são comumente reconhecidos como evangélicos no Brasil. Assim como o manifesto reconhece que os evangélicos norte-americanos traíram a si mesmos ao substituir as verdades bíblicas por práticas que não correspondem a esta verdade, temos que reconhecer a mesma coisa com respeito à realidade brasileira. Os evangélicos brasileiros são, nos dias recentes, mais conhecidos pelo seu pragmatismo do que pela sua postura confessional, por usar técnicas de marketing e, principalmente, pela pregação da prosperidade, pelos escândalos e pelos abusos financeiros. Logo, ainda que escrito para outra realidade, o manifesto tem a sua serventia para, quem sabe, provocar o debate necessário com vistas a uma urgente reforma no contexto evangélico brasileiro.

O terceiro ponto principal do manifesto, quanto ao *restabelecimento do papel dos evangélicos na vida pública*, ainda que seja muito específico para a situação política americana dos últimos trinta anos, com a associação clara entre o movimento evangélico e o Partido Republicano, tem também o seu apelo à condição do povo evangélico na arena pública do Brasil. Ainda que os evangélicos brasileiros não tenham uma forte identidade partidária, como acontece nos Estados Unidos, a chamada “bancada evangélica” dentro da Câmara dos Deputados tem muitas vezes se destacado por escândalos e por casuísmos, terminando por ser conhecida na mídia por estas características. Além disto, tem-se visto o povo evangélico brasileiro como massa de manobra eleitoral nos vários níveis da política, desde o municipal até o federal, com claros conchavos eleitoreiros feitos por líderes de denominações. Pesam mais nas manifestações públicas dos evangélicos os acordos políticos e a busca de vantagens do que o apego à verdade e a busca do amor bíblico.

Ainda que bem recente, o manifesto já chamou a atenção de vários outros líderes evangélicos que lhe têm levantado críticas. Um ponto controverso na forma final do documento é o fato de que a chamada pública do manifesto é para que os evangélicos sejam definidos apenas teologicamente, em vez de também política, social ou culturalmente. Um dos problemas levantados por alguns críticos é que, então, o documento deveria ser mais teológico em suas definições, trazendo clareza na distinção entre o catolicismo e o evangelicalismo e, assim, o documento caracteriza-se por uma postura mais ecumênica do que é desejável.

Ainda que o documento assumira uma postura explícita quanto ao seu distanciamento da posição liberal com relação às Escrituras e ao falso evangelho que o liberalismo produz, sendo este um ponto forte de sua reafirmação, o Manifesto deixa em aberto um outro ponto: falta maior clareza quando critica o fundamentalismo cristão. Como é comum em documentos abertos, o Manifesto, ao fazer suas críticas sem dar nomes específicos, deixa em aberto quem está sendo criticado dentro desta categoria.